
As relações entre literatura e História como prática pedagógica

*Marília Conforto**

Resumo: O texto aborda a experiência de pesquisa e de prática pedagógica utilizando a literatura como leitura da História.

Abstract: The text describes the experience of researching and the pedagogic practice using literature as a History reading.

Palavras-chave: História, literatura, escravidão.

Key words: History, Literature, Slavery

As formas de escravização e trabalho dos africanos têm sido tomadas como objeto de pesquisa no campo da História. O tráfico de escravo, os instrumentos de coerção física, a violência e a força de trabalho do cativo ao longo dos séculos moldaram um conceito sobre o trabalho e também sobre a figura do escravo e, após 1888, a do cidadão afro-brasileiro. A leitura da História, utilizando como fonte documental o texto literário, tem sido nosso objeto de pesquisa. Enfocamos, dentre outros temas, a história da escravidão relatada nas narrativas literárias do século XIX.

Para alguns pesquisadores, a literatura difere da História na maneira como narra os acontecimentos. A literatura é, antes de tudo, arte. Ela não constitui uma fotografia ou reprodução simples do mundo externo. O escritor – através da figura do narrador – trata o material empírico que vai compor o romance de forma não-passiva. Ele não utiliza os fatos

* Docente no Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul. Docente no Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Letras e Cultura Regional da Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* mc.14@terra.com.br

como se fossem apenas dados sociais e psíquicos em estado informe e bruto; tampouco utiliza a razão como um filósofo ou cientista. (SANTOS, 1990, p. 13).

A atividade artística não possui comprometimento com o rigor do registro científico. Ela se descompromete com a exatidão dos acontecimentos que a inspiraram, misturando eventualmente fatos históricos com acontecimentos fictícios. Ela não tem a pretensão de formular um conhecimento objetivo, que é função da História. Peter Gay, abordando o estilo na História, escreveu que “a verdade é um instrumento opcional da ficção, não sua finalidade essencial”. E, mais adiante, definiu que o notável, “na ficção, enquanto se diferencia da história, não são seus limites, mas sim sua liberdade”. (1990, p. 172). Em nosso trabalho, essa “liberdade” passa pela identificação de momentos em que o discurso literário desloca o discurso político da escravidão para o âmbito da ficção. Lembramos que, por ser considerada um divertimento, a literatura produz de forma muito mais livre discursos que, nos campos político e religioso, certamente seriam cerceados.

A História desenvolveu-se como ciência durante o século XIX. A discussão científica nesse momento estava ligada ao desenvolvimento dos métodos de investigação, ao estudo das fontes e à crítica dos documentos. Isso representou um grande avanço metodológico para essa ciência. Até então, a escrita da História aproximava-se do fazer literário, já que constituía uma longa descrição de feitos heróicos de grandes personagens e do ocaso das principais civilizações. A coerência interna desse discurso era grandemente literária. O historiador, narrador do texto histórico, deveria desaparecer por detrás do fato histórico descrito, tornando-o coletivo. É como se a matéria narrada tivesse autonomia. Quanto menos o narrador interferisse, mais verdadeiro apareceria o narrado ao leitor. O Eu individual, com determinação particular, transforma-se no Eu genérico, que expressa e transmite a experiência humana. No passado, mesmo se diferenciando a questão do tipo de narrador e da forma de narrar, a História e a literatura não se distanciavam.

A historiadora Janice Theodoro da Silva, analisando as relações entre História e literatura, lembra que o historiador, ao abordar uma realidade, escolhe uma evidência. Ao selecionar arbitrariamente os fatos utilizados, ele também define a localização do narrador. É apenas a partir daí que o historiador estabelece suas deduções e interpretações. No momento em que escolhe a realidade a ser descrita, ele se aproxima do

literário, que arbitra o narrado. (CHIAPINNI; AGUIAR, 1993, p. 215). Apesar de algumas diferenças, estariam ligadas à origem das palavras – história e literatura – ambas se aproximam como formas de linguagem.

Palavras como: *imaginação, seleção, organização* e expressões como *imitação das ações humanas* estão presentes no fazer literário e no historiográfico. Considera-se que o ponto de partida para esse fazer, tanto literário como histórico, são os acontecimentos do mundo real. É a partir dele que a imaginação do historiador e a do literato narram e procuram conhecer, em ambos os casos, a alma e a vida humana. Sendo o mundo real o “alimento” da imaginação do historiador e do literato, o estudo do ato de narrar a escravidão, objeto de nossas pesquisas, responderá a questões como os diferentes discursos sobre a instituição escravista, sobre a mão-de-obra escrava e outros aspectos sociais e econômicos.

Nosso trabalho de pesquisa não tem visado à escolha entre História ou literatura, mas ao cruzamento de ambas para a contribuição da construção do conhecimento sobre nossa própria História nas instâncias política, econômica e social. Essa reflexão considera o fazer literário e o fazer historiográfico como espaços em que a História e a ficção acontecem. Constatamos que, tanto a História como a literatura têm procurado reivindicar o *status* de produtoras do conhecimento verdadeiro. A literatura se defende utilizando a justificativa de que, assim como a História, ela elege o assunto a ser focado, e o narrador conduz a construção do discurso. Seu objetivo é o de desvelar para o leitor todos os meandros da alma humana. A História, por sua vez, ao escolher o fato que será narrado, muitas vezes possui conhecimento limitado de uma batalha, uma morte ou a assinatura de um tratado. Tudo o que compõe o episódio que será narrado é construído pelo narrador-historiador que, diferentemente do narrador-literato, procura desaparecer atrás do narrado, dando ao seu texto um cunho científico e, portanto, verdadeiro. Outras discussões elegeram a forma de narrar entre a História e a literatura como a diferença entre ambas.

Nessa reflexão, acreditamos que mais importante do que definir as diferenças ou eleger a literatura ou a História, como parâmetros para o conhecimento, é fundamental reconhecer que ambas são patrimônio cultural e, segundo Fábio Lucas, a literatura e a História desempenham o papel de memória coletiva de signos lingüísticos elaborados no seio de uma comunidade. (LUCAS, 1982, p. 83). A influência das idéias positivistas e o método de análise empregado pela Biologia muito contribuíram para a importância que o método de análise científica

alcançou naquele momento. Isso levou a História a se proclamar como “ciência autêntica”, conquistando sua autonomia ante a literatura. Tanto a literatura como a História guardam a memória coletiva de um povo. Essa memória coletiva também traz consigo relações sociais e de poder. É justamente a relação de poder, de dominação, que se quer enfatizar, pois essa memória coletiva registrada, tanto pela História quanto pela literatura, recebeu influências das instâncias de poder e dominação.

Ao longo de nosso trabalho de pesquisa da historiografia da escravidão, através da leitura do texto literário, concluímos que o texto ficcional permite a análise da figura do cativo-personagem. Essa análise torna-se representativa do discurso sobre a escravidão e sobre a personagem escrava, porque foram escolhidos textos escritos ao longo do século XIX. A convivência *escritor e instituição escravista* possibilitou analisar o deslocamento para o espaço ficcional das tensões, das discussões e dos estereótipos que a instituição escravista gerou na sociedade brasileira. Comprovamos a hipótese que tem norteado nossas pesquisas, de que a representação da personagem escrava foi produto do cruzamento entre a literatura e a História. A personagem escrava foi construída a partir da *imagem* que se tinha dela em âmbito social. O texto ficcional, apesar de criticar a instituição escravista, viu-se limitado pelo poder inquestionável da elite escravocrata. A narrativa, embora sofrendo um cerceamento por parte das elites dominantes, encontrou formas de expressar suas críticas sobre a questão escravista, sobretudo através do chamado romance-tese. O estereótipo marcou, de forma negativa, a expressão literária sobre o escravo, verificando-se, também, no texto literário, a força do preconceito, que se fez presente da mesma forma nos discursos jurídicos, jornalísticos, religiosos e políticos.

A utilização da literatura na nossa prática pedagógica tem levado os alunos a concluir que a leitura e a reflexão, em conjunto, dos textos literários e historiográficos, não são antagônicos: ao contrário, complementam-se e revelam aspectos importantes da construção da História e do discurso não só sobre a escravidão, mas da História e discurso nos níveis políticos, econômicos e sociais. Na literatura, podemos ler as fissuras, as contradições, as ambivalências e a crueldade que muitas vezes o texto historiográfico, com um discurso “científico”, unifica. A análise da ficção como um espaço onde a História acontece, constitui uma abordagem dos temas históricos contribuindo para a construção do conhecimento histórico.

Visões do africano na literatura brasileira (1844-1888)

Um dos critérios que utilizamos para nossa pesquisa, assim como o uso em sala de aula do texto literário como leitura da História, foi a escolha de escritores que viveram durante o século XIX e, portanto, usaram o trabalho escravo. O motivo é justamente perceber o deslocamento da figura do cativo, que até então figurava nos textos jornalísticos, sob a forma de anúncios de compra e venda de escravos fugidos, nos textos jurídicos como criminoso ou ainda nas falas do Trono como peça fundamental para a economia brasileira; para o texto literário e num primeiro momento, não trataria da figura do cativo, pois as narrativas literárias teriam como objeto principal o amor entre jovens mancebos e as descrições das paisagens do Brasil. O uso da narrativa literária, em sala de aula, apontou uma nova direção na análise do cativo como personagem, além de estabelecer uma relação entre a narrativa literária e o discurso social sobre o escravo no período histórico abordado: 1844-1888.

A partir da leitura e da organização de seminários, os alunos concluíram que os romances escritos entre 1844 e 1888 abordaram em seus textos a figura do escravo. Esse cativo, que era africano, ao ser colocado em um navio tumbreiro, torna-se negro-escravo ao chegar ao Brasil. Destituído de sua humanidade, era tratado como “ser movente” na concepção jurídica e figurava no cotidiano, no discurso social do período, como um indolente assassino ou feiticeiro, só para citar alguns exemplos. O Padre Antonil escreveu ainda no século XVIII que “para negros são necessários três PPP: pão, pano e pau”. (Apud MAESTRI, 1997). Essa visão do africano-escravo como um ser bárbaro, perigoso, que precisava apanhar para ser domado, ganha no texto literário descrições que confirmam a idéia que a sociedade tinha dele.

Na leitura, as descrições físicas do cativo o embrutecem, desumanizam e ratificam a concepção de raça africana como sendo inferior. No romance *As minas de prata*, de José de Alencar (1865), o narrador várias vezes faz referência aos aspectos físicos do cativo depreciativamente, muitas vezes comparando-o com animais. O personagem Vaz Caminha encontra um negro na taverna e assim o descreve: “Um deles era um negro, moço e robusto, cuja tez escura refletia os raios da luz, como o lustro do jacarandá polido tinha a feição comprida peculiar à sua raça: o

olhar pesado e torvo, nos lábios grossos, o sorriso carnal da animalidade africana.” (ALENCAR, 1964, p. 68).

No mesmo romance, encontramos também a descrição de crianças: “Sobre o telhado de uma casa térrea próxima à liça estava desde cedo trepada uma súcia de galopins de todas as cores, começando no mais retinto focinho africano, ou no vermelho acobreado do caboclo, e acabando no branco ruivo do pequeno ilhéu do faial.” (ALENCAR, 1964, p. 98). Ressaltamos ainda a descrição de Franklin Távora, no romance *O Cabeleira*, publicado em 1871: “José trovão, negro hediondo cuja cara apresentava profundas cicatrizes e cujos olhos vermelhos como tomates padeciam de um estrabismo divergente.” (TÁVORA, 1981, p. 38). Esse relato ajuda a compor o quadro de um dos mais temidos bandidos do interior do sertão, onde a história foi ambientada.

As mulheres escravas foram retratadas, fisicamente, nos romances. Aqui apresentamos duas faces: a primeira da escrava bonita que usa a beleza para corromper o senhor e prejudicar os outros. É o caso de Rosa, a cativa do romance *A escrava Isaura*, escrito por Bernardo Guimarães e publicado em 1875: “Era esbelta e flexível de corpo, tinha o sorriso mimoso, os lábios um tanto grossos, mas bem modelados, voluptuosos, úmidos e vermelhos como boninas que acabam de desabrochar em manhã de abril.” (GUIMARÃES, 1990, p. 19). Após pintar a escrava com as mais belas cores, o narrador terminou assim sua descrição: “Veremos em breve de que ralé era esta criança que tinha um bonito nome de Rosa.” (GUIMARÃES, 1990, p. 19).

A outra face era a de Balbina, a escrava-personagem do livro *Motta Coqueiro ou a Pena de morte*, escrito por José do Patrocínio e publicado em 1887. Balbina era uma feiticeira e, como tal, mereceria uma fisionomia de acordo: “Era uma preta alta, corpulenta, de olhos maus, injetados de sangue, nariz grosso e beiços úmidos.” (PATROCÍNIO, 1977, p. 59). A historiografia explica a presença do tema da feitiçaria nas narrativas literárias. A feitiçaria estava muito presente no imaginário dos senhores de escravos. Para eles, foram os africanos que introduziram essa prática horrível. O narrador descreveu as atitudes de Balbina: “Era Cabinda e chamava-se Balbina. Havia pouco tempo que se achava no sítio entre os escravos de Motta Coqueiro, entretanto sua autoridade sobre eles era maior do que a de seu senhor.” (PATROCÍNIO, 1977, p. 57).

Segundo o narrador do romance *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1869, “o negro feiticeiro é um perigo real de todos os dias, os outros escravos, se

o conhecem, o temem, procuram torná-lo amigo com bajulações, presentes, serviços e obrigada submissão: se não o conhecem, sentem-no em males que experimentam”. (MACEDO, 1991, p. 76). Nem os dialetos africanos foram aceitos na sociedade brasileira, eles eram vistos como “idioma selvagem” ou “língua de negro”. Em *O moço loiro*, escrito por Joaquim Manuel de Macedo, em 1845, há uma passagem na qual o personagem principal, o moço loiro, após visitar às escondidas sua amada, sem ter sucesso, entra no batel, retornando de Niterói para a Corte e percebe que “os pretos, que remavam, começaram a conversar em seu selvagem idioma, e riam-se maliciosamente”. (MACEDO, 1987, p. 98).

Também as maneiras do escravo eram selvagens, como evidencia a descrição do personagem Amaro no romance *Bom-crioulo*, escrito por Adolfo Caminha, em 1895: “No início Amaro era desajeitado, rude como um selvagem, provocando a cada passo gargalhadas irresistíveis com seus modos ingênuos de tabaréu, mas no fim de alguns meses, todos eram de parecer que o ‘negro dava para gente’.” (CAMINHA, 1983, p. 10). Sobre o preconceito, temos a descrição de Maria Bárbara, personagem do romance *O Mulato*, escrito por Aluisio Azevedo, em 1881: “Maria Bárbara tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portugueses; muito orgulhosa, muito cheia de escrúpulos de sangue. Quando falava nos pretos, dizia ‘os sujos’ e, quando se referia a um mulato dizia ‘o cabra’.” (AZEVEDO, 1982, p. 39).

Pai contra mãe

Escrito por Machado de Assis em 1908, a questão da escravidão é analisada sob o ponto de vista da memória recente. Uma vez que a escravidão foi abolida em 1888, a narrativa da captura de uma escrava fugida, mesmo do ponto de vista da memória, reconstrói o universo da instituição escravista que marcou a História do Brasil Colônia e do Império. (MACHADO DE ASSIS, 1997). Machado de Assis introduz o leitor contemporâneo no universo cruel da escravidão e, através da análise desse conto, os alunos chegaram à conclusão que, mesmo após a libertação dos escravos, alguns estereótipos permanecem. É possível, através do diálogo entre os textos históricos, sobre o modo de produção escravista e com esse conto de Machado de Assis, concluir que a literatura novamente se antecipa ao discurso histórico, denunciando a hipocrisia

da sociedade em relação ao escravo, motor da economia brasileira nos períodos colonial e imperial. O conto inicia com a descrição dos instrumentos utilizados pelos senhores para submeterem a escravaria ao trabalho feitorizado. O narrador finaliza a descrição dos instrumentos com uma constatação: “Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel.” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 249). A conclusão ratifica a idéia já amplamente discutida na historiografia, que é a crueldade do sistema escravista. Assim como o trabalho escravo movia a economia brasileira desde a época de sua descoberta, a força, a submissão dos africanos e a crueldade eram pilares para a sustentação da dominação político-econômica dos escravocratas.

Para os leitores do momento da escritura do conto, que só conheceram a escravidão através de depoimentos dos milhares de escravos, o narrador esclarece o empenho em recapturar o cativo fujão. Um escravo fugido, principalmente nos últimos cinquenta anos da escravidão, representava um grande prejuízo para os senhores. Isso justificava, segundo ele, os anúncios publicados em jornais contendo minuciosas descrições sobre o traje e o físico dos cativos. Mas o mais importante é que o ofício de capitão-do-mato só era exercido por pessoas que realmente se encontrassem em uma situação econômica desesperadora, como era o caso do personagem Cândido Neves, ou Candinho, em família. Segundo o narrador,

Ninguém se metia em tal ofício por desafio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vê o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem na desordem.

Sobre a questão do trabalho, verifica-se nesse conto o que a literatura do século XIX, utilizando a ironia como uma forma de crítica, já denunciava: a dificuldade do trabalho livre em uma sociedade escravista. Candinho experimentara várias profissões e em nenhuma delas obteve sucesso. Na verdade, a falta de sorte desse personagem é que o trabalho que não fosse o de administrar terras e escravos não era bem-visto na sociedade brasileira da época, uma vez que todo trabalho manual era exercido por mãos cativas. Não só a literatura ficcional, mas a literatura

dos viajantes e a própria historiografia apontam o constrangimento, do homem pobre livre que não possuía um único escravo para viver de seu trabalho e deveria ele mesmo prover seu próprio sustento. Mas, mesmo o ofício de capitão-do-mato não enriquecera Candinho. Ao contrário, “os lucros entram a escassear. Os escravos fugidos não vinham já, como dantes, meter-se nas mãos de Cândido Neves”. (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 253).

Com o dinheiro escasso, o senhorio batendo à porta para cobrar o aluguel e devido e a esposa grávida, Candinho se viu forçado a aceitar o conselho da sogra que sugeria que a criança ao nascer fosse entregue à roda dos expostos. Candinho fizera de tudo para não ter que aceitar o triste fim para o filho tão desejado. Mas a cruel realidade batia-lhe à porta, ele que conseguira algum dinheiro com a escravaria fugida, agora, era escravo do destino que lhe reservava tamanha infelicidade. E é justamente nesse sentimento de perda do amor pelo filho, que o narrador demonstra a torpeza e crueldade do sistema escravista. O texto ficcional constata o que a historiografia da escravidão já registrara: a coisificação do cativo africano, a sua desumanização. Não tendo outra alternativa, Candinho toma o filho, um menino, como desejava o casal e o leva em seus braços para a roda dos expostos. No meio do caminho, ele vê uma escrava que corresponde à descrição de uma negra fugida pela qual seu senhor oferecia uma grande soma em dinheiro, segundo acabara de lhe informar o farmacêutico. Ele deixa o filho com o dono da farmácia e corre em direção da mulata fujona.

Ao chegar perto tem certeza de que é ela a escrava fugida. Chama-a pelo nome, Arminda; ela se volta e quando pensa em fugir já está amarrada e sendo arrastada como um grande e pesado fardo por Candinho. Mesmo sob a súplica da escrava, que dizia: “– Estou grávida, meu senhor! Exclamou. Se vossa senhoria tem algum filho, peça-lhe por amor dele que me solte; eu serei sua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 257). Arminda não sabia que o senhor tinha um filho e justamente por não querer perdê-lo é que aprisionara a mulata. O ofício de capturar escravo era aceito sem questionamento pela sociedade, mesmo que o cativo fugido alegasse maus-tratos do senhor. É o que se constata nesta passagem:

Houve aqui uma luta, porque a escrava, gemendo arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja compreendia o que era e naturalmente não acudia.

Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites, – coisa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites. (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 257).

Candinho chega à casa do senhor e entrega a cativa que caíra no corredor. Ali mesmo o senhor lhe paga a recompensa: cem mil-réis. Candinho guarda as duas notas de cinqüenta réis e ainda assiste a um triste espetáculo. A escrava, “no chão, onde jazia, levada do medo e da dor e após algum tempo de luta a escrava abortou”. (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 257). A criança nascera morta. Quanto a Candinho, correu para a farmácia para buscar o filho que não seria deixado na roda dos expostos. Quando chega em casa com o filho nos braços, conta à esposa e à sogra a sua aventura. Da sogra ouvira, “algumas palavras duras contra a escrava, por causa do aborto, além da fuga. Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava o aborto”. Entre lágrimas, num último pensamento: “– Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração.” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 258). Essa frase encera o conto, e com ela as lembranças cruéis da escravidão.

A leitura da História no texto literário, utilizada em sala de aula, sob a forma de seminários, revelou uma história da escravidão nem sempre tematizada no texto historiográfico. São os dizeres populares, a doxa já analisada por Aristóteles na antiga Grécia. Segundo ele, a doxa era importante, pois, através dela se fixavam sabres e crenças sobre povos, usos, costumes. E isso é verificável com relação à escravidão nesse enfoque de pesquisa e conteúdo programático desenvolvido em aula. Os textos historiográficos apresentam em grandes análises suas influências na construção da sociedade nos níveis econômico, social e político. A literatura apresenta os detalhes que compõem um grande mosaico onde História e literatura dialogam fornecendo cada uma as pequenas peças do mosaico. É através da literatura que percebemos em detalhes o resgate da figura do índio como formadora, ao lado do português, do passado histórico brasileiro. Quanto ao negro, ela o descreve. Fazendo-o de forma muito precisa, não só o cotidiano, construído de muito trabalho e castigo, mas também retratando a imagem que a sociedade tinha dele.

Referências

- ALENCAR, José de. *As minas de prata*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- ASSIS, Machado de. *Os melhores contos de Machado de Assis*. 11. ed. São Paulo: Global, 1997. Seleção: Domício Proença Filho.
- AZEVEDO, Aluisio. *O Mulato*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1982.
- CAMINHA, Adolfo. *Bom-crioulo*. São Paulo: Ática, 1983.
- CHIAPPINI, Lúgia; AGUIAR, Flávio Wolf de. (Org.). *Literatura e história na América Latina*: seminário internacional. Trad. de J. R. Ferraz (espanhol), I. D. Rabello e S. Vasconcelos (francês) São Paulo: Ed. da USP, 1993.
- GAY, Peter. *O estilo na História*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhandt. Trad. de D. Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. 16. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- LUCAS, Fábio. Literatura e História: história da literatura. *Revista Letras*, São Paulo, n. 22, 1982.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas-algozes*: quadros da escravidão. 3. ed. Rio de Janeiro: Scipione; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1991.
- _____. *O moço loiro*. 3. ed. São Paulo, Ática, 1987.
- MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: império*. São Paulo: Contexto, 1997.
- PATROCÍNIO, José do. *Motta Coqueiro ou a pena de morte*. Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília: INL, 1977.
- SANTOS, Francisco Venceslau dos. *Autoritarismo e solidão*: o roteiro da conciliação: esboço crítico para uma teoria do mandonismo na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- TÁVORA, Franklin. *O Cabeleira*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1981.